



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 2D049-43182-A7439



## **Decisão SEGEX 00284/2021-7**

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 01835/2018-7

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPASDM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Município de Domingos Martins

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** FATIMA MENEGUITE FABRI

**Responsável:** JOSE ELIAS DO NASCIMENTO MARCAL

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso II, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c art. 47, IV, §1º, art. 47-A, §10, VI e art. 358, II, da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, *caput*, e Parágrafo Único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** ao sr. **José Elias do Nascimento Marçal**, gestor responsável pelo **IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo**, para que encaminhe a esta Corte, no **prazo de 30 (trinta) dias**, os esclarecimentos e documentos que julgar necessários ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito pela área técnica deste TCEES, **nos itens 4 e 5 da Instrução Técnica Preliminar – ITP 00526/2020-4**.

Determino o encaminhamento de cópias desta **Decisão** e da **ITP 00526/2020-4**, ao responsável, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

### **Fica o responsável advertido de que:**

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da LC 621/2012, art. 389, IX, do RI c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, §1º, incisos I e II, da LOTCEES;
- c) A resposta ao Termo de Comunicação de Diligência deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na IN TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 30 de junho de 2021.

**LUCAS PINHEIRO SATHLER**

**Coordenador do NRP**

(Por Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)